



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - SMDS
CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE – CMDCA

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA

Nº. 032/2023

(Plenária híbrida)

Aos treze dias do mês de setembro de dois mil e vinte três, às quatorze horas, reuniram-se para Assembleia Ordinária, virtualmente, pela plataforma Google Meet, e na sede da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social – SMDS, Av. João Pessoa, 1105 – Bairro Azenha, sob a coordenação do Vice-Presidente **PAULO FRANCISCO DA SILVA**, e na presença dos:

CONSELHEIROS DA SOCIEDADE CIVIL:

Kátia Nunes, **Associação Cristã de Moços do RS – ACM**; Eduarda Roos, **Casa do Menino Jesus de Praga**; Priscila Contini Marcondes e Andriw Quadros, **Federação Espírita do Rio Grande do Sul – Fergs**; José Alfredo Nahas, **Parceiros Voluntários**; Rosana Fernandes Nunes, **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre**; Lenira L. da Silva, **Círculo Operário Porto Alegrense**; Francine Idiart, **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP**; Everton Silveira, **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA**; João Batista Machado da Rocha, **Fundação O Pão dos Pobres**; Beatriz Reis, **Obra Social Imaculado Coração de Maria – Osicom**; Paulo Francisco da Silva, **Pequena Casa da Criança**; Andréia Gilli e Ivana Frois, **Comunidade Evangélica de Porto Alegre – Cepa**.

CONSELHEIROS DO GOVERNO:

Sônia Rejane dos Santos, **Secretaria Municipal da Fazenda – SMF**; Aline Borges, **Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude – Smelj**; Susani Pereira Conceição, **Secretaria Municipal da Educação – Smed**; e Carlos Fernando Simões Filho, **Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV**.

JUSTIFICATIVAS DE AUSÊNCIAS:

Letícia Giardin, **Fundação de Assistência Social e Cidadania – Fasc**.

DEMAIS PRESENTES:

Luiz Henrique Frota, **Administrativos CMDCA/Funcriança**; e Patrícia Costa Ribeiro, **Taquígrafa – TG Taquigrafia**.

PAUTA:

1. Abertura;

31 **2. Debates e Deliberações;**

32 **2.1. Comissões: Executiva, Finanças, Políticas e Reordenamento;**

33 **3. Informes.**

34 Após a conferência de *quorum* foram abertos os trabalhos:

35 **1. ABERTURA;**

36 **2. DEBATES E DELIBERAÇÕES;**

37 **COMISSÃO EXECUTIVA**

38 **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Então, vamos iniciar. Então, boa
39 tarde, bem-vindos e bem-vindas! Então, hoje a plenária é rápida. Vamos começar pela questão
40 do OP da Juventude. Então, o Carlos Simões, o Everton e o grupo colocaram no grupo do
41 CMDCA que os Conselheiros lessem e fizessem as considerações. Como não chegou está tudo
42 ok, a gente vai votar o texto do projeto e também com os valores, já deixar registrados esses
43 valores para depois serem deliberados pelo Funcriança. Então, o valor desse projeto é de R\$
44 450 mil. Precisa sair uma resolução disso. Carlos, quem complementar? **Carlos Fernando**
45 **Simões Filho, Secretaria Municipal de Governança Local – SMGOV:** O processo do OP
46 Crianças, Adolescentes e Jovens veio na Conferência da Criança deste ano, algumas regiões
47 levantaram essa necessidade da gurizada poder deliberar sobre o orçamento. A forma que o
48 Conselho da Criança entendeu de validar esse pedido da conferência foi criar o Orçamento
49 Participativo Criança, Adolescentes e Jovens. A gente fez uma pesquisa e encontramos que
50 São Paulo no ano de 2003 também teve uma iniciativa similar. A diferença é que a nossa de
51 fato vai validar recursos financeiros para a participação de crianças, adolescentes e jovens.
52 Então, a ideia é a gente abrir uma chamada pública, buscar uma instituição que possa dar conta
53 de atender o que as 10 regiões do Conselho Tutelar, que atuam com as 17 regiões do
54 Orçamento Participativo de Porto Alegre deliberem e o recurso definido por nós é de R\$ 450
55 mil do fundo livre do Funcriança. Então, um recurso bem considerável para dar conta daquilo
56 que pode ser deliberado pelos territórios, através da participação, que a gente viu que ela é
57 possível. Agora, a nossa ideia é de ampliar, ter essa mobilização, essa participação e a gurizada
58 definir. Essa vai ser a forma da gente efetivar as ações práticas que eles desejam. **Paulo**
59 **Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Alguém tem alguma dúvida desse projeto?
60 Todo mundo leu? Bom, então, podemos votar. É o projeto do OP já com o seu valor
61 destinado pelo Funcriança. Então, quem é a favor do projeto e do valor de R\$ 450 mil para o
62 OP da Criança, Adolescente e Juventude? Ainda vai passar por outras instâncias aqui dentro da

63 Secretaria. Alguém contra? Alguém se abstém? **APROVADO POR UNANIMIDADE**. Nós
64 colocamos para o estudo da Comissão de Políticas um projeto de cooperação técnica, que é
65 uma plataforma, encaminhado pela Dra. Cinara, do Ministério Público. É o Projeto
66 Mapeamento de Saúde. As meninas da Comissão de Políticas trabalharam em cima desse texto.
67 A gente discutiu também na Executiva e a gente vai colocar as considerações ali, para sair um
68 documento de retorno. **Everton Silveira, Instituto Cultural São Francisco de Assis –**
69 **CPCA:** Paulinho, hoje de manhã nós tiramos de não fazermos nenhum tipo de resolução com
70 o posicionamento do Conselho em relação a essa questão. A gente quer fazer mais um
71 levantamento em relação ao que a gente considera que seja interessante constar em relação à
72 LGPD, as informações que a gente acha que são importantes, também outras que agacha
73 relevante em relação aos dados das crianças e dos adolescentes. Então, a gente só fez uma
74 leitura crítica em relação a isso. A gente vai precisar, enquanto Executiva, apenas nos
75 preocuparmos com essa dimensão do cuidado com as informações das crianças, ou seja, quais
76 os níveis de acesso que cada um no seu fazer específico vai ter em relação aos dados das
77 crianças. O nosso entendimento enquanto Conselho é esse, que a plataforma em si é uma
78 necessidade, ajuda no fluxo das informações em rede. Então, a única preocupação é quem vai
79 ter acesso a que dados e em que momento. **Rosana Fernandes Nunes, Associação de Pais e**
80 **Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre:** O Everton falou da nossa
81 análise crítica, mas nós também questionamos onde diz que o CMDCA tem o papel
82 fiscalizador. A gente questionou como seria, como ocorreria, de que forma. Eu fico em dúvida
83 também de que tempo a gente tem para concluir, devolver isso. Eu não sei se tem algum
84 tempo. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:** Talvez seja acompanhar esse
85 processo, essa plataforma na sua composição e desde quando for implantado em Porto Alegre.
86 Nós temos o FAI, que também pode ajudar o CMDCA nesse sentido. É mais para
87 acompanhamento do que fiscalizar, porque nós não temos pernas. **Everton Silveira, Instituto**
88 **Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Eu sugiro que talvez a gente possa pensar de que
89 o MP ao instalar esse procedimento, ofereça um mapa ao CMDCA que mostre quais são as
90 informações que estarão disponíveis em cada nível de acesso, para ter um olhar mais
91 preventivo, no sentido de fazer indicativos, mudanças, qualificações. **Francine Idiart,**
92 **Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Então, seria uma ideia de
93 fiscalizar no desenvolvimento da tecnologia em si, da plataforma em si. **Everton Silveira,**
94 **Instituto Cultural São Francisco de Assis – CPCA:** Exatamente. Anterior a ela sair para a

95 rua, que a gente possa conhecer todo o processo de implantação. **Paulo Francisco da Silva,**
96 **Pequena Casa da Criança:** Ok. Mais alguma questão? **Rosana Fernandes Nunes,**
97 **Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Porto Alegre, Apae/Porto Alegre:** Não,
98 eu acho que era mais isso que a gente destacou. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da**
99 **Criança:** Então, se era isso, vamos passar para as comissões. Quer dar aquele informe antes?

100 - **INFORMES:**

101 **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** Pode ser.
102 (EDITAL DE CREDENCIAMENTO). Não sei se chegou ao conhecimento de vocês, foi
103 lançado um edital de credenciamento pela SMDS, eu tive conhecimento através da publicação
104 no Dopa. É um edital destinado aos públicos que as instituições já atendem em vulnerabilidade
105 social. A ideia do edital é fazer um levantamento, fazer que as instituições se inscrevam para
106 fins de envio documental para futuros credenciamentos. As inscrições irão até o dia 19/09.
107 Gerou várias dúvidas e a gente vem conversando sobre isso desde a semana passada. Então, eu
108 trago essa informação. Eu posso colocar no grupo. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa**
109 **da Criança:** Eu gostaria de deixar claro que o CMDCA não foi consultado, é uma informação
110 nova que a Francine levou para a Comissão de Políticas hoje pela manhã. É mais uma
111 socialização de informação. Em princípio, até segunda ordem, vamos ver na Executiva, o
112 CMDCA não foi comunicado, vamos aguardar chegar algum ofício da Secretaria para demais
113 informações, dessa forma o Conselho não tem a ver com as documentações que devem ser
114 fornecidas, até segunda ordem. Mas vamos aguardar, então. Feito isso, então, agora sim
115 vamos para as comissões. A Comissão de Políticas.

116 - **COMISSÃO DE POLÍTICAS:**

117 **Francine Idiart, Instituto Pobres Servos da Divina Providência – IPSDP:** A gente discutiu
118 sobre esse projeto, a resposta desse parecer, a construção dos pontos que ficaram em dúvida e
119 encaminhado para a Executiva também fazer as suas ponderações. **Paulo Francisco da Silva,**
120 **Pequena Casa da Criança:** Então, vamos passar para a Comissão de Finanças.

121 - **COMISSÃO DE FINANÇAS:**

122 **Sônia Rejane dos Santos Vieira, Secretaria Municipal da Fazenda - SMF:** Boa tarde.
123 Hoje a Comissão de Finanças só tem um, que é da SANTA CASA DE MISERICÓRDIA, SEI
124 20.0.000093027-0. É a Carta de Captação 2020-038, vencimento em 31/12/2022. Solicita a
125 substituição dos equipamentos pelo motivo de atraso nos repasses. Retirar do projeto itens no
126 montante de R\$ 372.943,66 e incluir itens no projeto de R\$ 324.511,78. A diferença de valor

127 dá R\$ 48.431,88. Como já captou e a carta teve o seu vencimento em 31/12 passado, captou
128 R\$ 2.714.487,16, não vai interferir, porque a carta aprovada era de R\$ 3.229.622,46 e captou
129 R\$ 2.714.487,16 não há alteração no objeto do projeto. A comissão é de parecer favorável,
130 porque não compromete o projeto. **Paulo Francisco da Silva, Pequena Casa da Criança:**
131 Alguém tem alguma dúvida? Então, podemos votar? Em processo de votação, quem aprova o
132 parecer da Comissão de Finanças? Alguém se abstém? E alguém é contrário? **APROVADO**
133 **POR UNANIMIDADE O PARECER.** Era só esse, então, agora passamos para a Comissão
134 de Registro.

135 **- COMISSÃO DE REGISTRO:**

136 Temos da REDE CIDADÃ. SEI 23.0.000036876-8. Renovação da inscrição dos cursos de
137 aprendizagem profissional: aprendiz em ocupação administrativa; aprendiz em adolescente
138 bancário; aprendiz em alimentação; aprendiz em tecnologia da informação; aprendiz em
139 comércio; aprendiz em serviço de conservação e zeladoria; aprendiz em logística; aprendiz em
140 práticas esportivas; aprendiz em produção industrial; aprendiz em turismo e hospitalidade;
141 aprendiz bancário. A carga horária de cada curso é de 1.580 horas, por 19 meses. A comissão
142 é de parecer favorável. Podemos colocar em votação? Então, quem é a favor? Abstencões?
143 Contrários. **APROVADO POR UNANIMIDADE.** No mesmo processo, mas agora é para
144 inclusão de novos cursos: aprendiz em ocupações administrativas com ênfase na economia;
145 aprendiz em adolescente bancário com ênfase na economia; aprendiz em comércio com ênfase
146 na economia; aprendiz em logística com ênfase na economia. Parecer favorável. Votamos?
147 Quem é favorável à inclusão dos cursos? Abstencões? Contrários? **APROVADO POR**
148 **UNANIMIDADE.** Bom, pessoal, não sei se alguém tem mais alguma questão. Então, era isso,
149 encerramos. Agradeço a vocês.

150 Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a reunião da Plenária do Conselho Municipal dos
151 Direitos da Criança e do Adolescente, às 15h00min, da qual foi lavrada a presente ata por mim, Patrícia
152 Costa, sob o Registro nº 225257/2003 – FEPLAM, prevalecendo o princípio da presunção de veracidade.